

O ESPORTE E O LAZER EM CONTEXTOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL: PANORAMA E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Recebido em: 18/01/2020

Aprovado em: 21/07/2020

Licença: 

*Ueliton Peres de Oliveira*¹

Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (SESP/MT)
Cuiabá – MT – Brasil

*Willian Lazaretti Conceição*²

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém – PA – Brasil

*Raul Angel Carlos Oliveira*³

Universidade do Estado de Mato Grosso (UEMT)
Sinop – MT – Brasil

*José Tarcísio Grunnenvaldt*⁴

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Cuiabá – MT – Brasil

*Riller Silva Reverdito*⁵

Universidade do Estado do Mato Grosso (UEMT)
Cáceres – MT – Brasil

RESUMO: Este estudo tem por objetivo evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Para

¹ Graduado em Educação Física na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Educação Física Escolar na Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). Mestre em Educação Física no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Analista do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

² Mestre em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutor em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-Doutorado em Ciências da Educação na Universidade Nova de Lisboa, UNL, Portugal. Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Ciências da Educação.

³ Mestre e Doutor em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pós-Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso.

⁴ Mestre em Educação na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado em Educação Física na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente na Universidade Federal de Mato Grosso.

⁵ Mestre em Educação Física na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Doutor em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT, Brasil. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

tal, foram selecionados 9 artigos científicos e 5 dissertações através de busca nos Periódicos da CAPES, Base de dados SciELO, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados das pesquisas foram analisados a partir da análise de conteúdo. Através das categorias de análise, observou-se que o esporte e o lazer, quando tratados como vias e objetos de educação, propiciam ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo dos adolescentes, ainda que sejam concebidos na lógica funcional e utilitarista por uma grande parte das Instituições e adolescentes. Conclui-se que o restrito entendimento dos adolescentes sobre os potenciais do esporte e do lazer está intimamente ligado a falta de acesso a essas políticas em suas trajetórias.

PALAVRAS-CHAVE: Esportes. Atividades de Lazer. Adolescente.

SPORT AND LEISURE IN CONTEXTS OF EDUCATIONAL CORRECTIONAL MEASURES IN BRAZIL: OVERVIEW AND ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION

ABSTRACT: This study aims to highlight the panorama of research related to sport and leisure for juvenile offenders, who are in youth detention center in Brazil. Therefore, we selected 9 scientific papers and 5 Master thesis by a targeted search in the journals of CAPES, SciELO Database, Google Academics and Banco de Teses e Dissertações de CAPES. The results of the research were analyzed with the method of content analysis. Through the categories of analysis, it was observed that sport and leisure, when treated as pathways and objects of education provide environments favorable to the positive development of adolescents, although they are conceived in functional and utilitarian logic by a large part of the institutions and adolescents. It is concluding that the restricted understanding from adolescents about the potentials of sport and leisure is closely linked to the lack of access to these policies in their trajectories.

KEYWORDS: Sports. Leisure Activities. Adolescent.

Introdução

O esporte é um dos fenômenos socioculturais mais importantes da contemporaneidade, que ao longo da história mobilizou no seio da sociedade grande fascínio e o interesse de disciplinas de diferentes áreas de conhecimento (GALATTI, *et al.*, 2014; LEONARDI; BERGER; REVERDITO, 2019). Trata-se de um fenômeno carregado de saberes, conhecimentos e valores produzidos pela humanidade (REVERDITO *et al.*, 2016), capaz de propiciar ambientes favoráveis para o desenvolvimento de jovens (URBAN; LEWIN-BIZAN; LERNER, 2010; REVERDITO,

2016; REVERDITO *et al.*, 2017; HOLT *et al.*, 2017), uma vez que alcança um amplo interesse e repertório de oportunidades em experiências físico-esportivas.

Outrossim, o lazer constitui-se como um elemento cultural presente nas relações humanas. Seu duplo aspecto educativo, apontado por Marcellino (1996), constata que o lazer é um veículo privilegiado de educação, ao passo que a prática de suas atividades perpassa por um processo de aprendizagem que favorece o desenvolvimento crítico e criativo, o qual supera a visão fragmentada quanto ao seu repertório e amplia suas possibilidades, que alcançam o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (MARCELLINO, 1996, 1998).

De fato, pela grande relevância social que o esporte e o lazer têm representado nas últimas décadas, a todo cidadão é garantido o direito a essas práticas, conforme Art. 6º e Art. 217º do texto constitucional (BRASIL, 1988), inclusive ao adolescente em conflito com a lei, que mesmo em cumprimento de medida socioeducativa, não lhe é retirado esse direito. Nessa seara, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - (SINASE) (BRASIL, 2006), em seu 'eixo 4º' contido nos Parâmetros de Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo, assevera que as Instituições devem ofertar atividades de esporte e lazer, a fim de contribuir no processo de socioeducação, o qual perpassa por uma política de atendimento ao adolescente articulada entre União, Estados e Municípios, conforme preconizado pela Lei 12.594/12 - SINASE (BRASIL, 2012).

As medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional estão dispostas no Art. 112º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), dentre as quais: 'Advertência e Obrigação de reparar o dano', que ocorrem de modo direto, sem a exigência de um programa de atendimento para sua efetivação; 'Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida', as quais dependem de uma organização no atendimento por meio de programas em meio aberto que considerem as

particularidades dos adolescentes; e, por fim, ‘Semiliberdade e Internação’, que são medidas privativas de liberdade e devem ser cumpridas em estabelecimento educacional.

Os recorrentes debates sociais, midiáticos, legislativos e jurídicos em torno do adolescente em conflito com a lei, têm gerado grande interesse da comunidade acadêmica em investigar os contextos das medidas socioeducativas, em especial os estudos de revisão. Dentre esses, destacamos os estudos que têm objetivado identificar os fatores de risco associados à prática infracional em adolescentes (GALLO; WILLIAMS, 2005; JIMENEZ; MARQUES, 2018), analisar as relações familiares de adolescentes em conflito com a lei (DIB; BAZON; SILVA, 2012; NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013), identificar políticas públicas para adolescentes em conflito com a lei (MELLA; LIMBERGER; ANDRETTA, 2015), analisar relações entre escolarização e conduta infracional de adolescentes (SILVA; BAZON, 2015) e caracterizar o cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil (COSCIONI *et al.*, 2017).

Nota-se que há um vasto repertório de estudos de revisão sistemática abordando a temática adolescente em conflito com a lei. Contudo, o esporte e o lazer não figuram nesse cenário. Sendo o esporte e lazer reconhecidos como um direito social que deverá ser garantido ao adolescente em conflito com a lei, a ausência de estudos já pode ser considerado um indicador dos desafios ao tema nos contextos de medidas socioeducativas. Ainda, a fragilidade do conhecimento disponível limita o desenvolvimento de ações e as decisões no âmbito das políticas públicas para o acesso do adolescente ao esporte e o lazer, seja no contexto socioeducativo ou no percurso para não adentrar ao sistema. Ante o exposto, este estudo tem por objetivo evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil, produzidas entre os anos de 1990 a 2019. Espera-se que os resultados subsidiem novas pesquisas e permitam trilhar caminhos antes não investigados, em relação ao

esporte e lazer ao adolescente em conflito com a lei em contextos de medidas socioeducativas.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura nacional (SAMPAIO; MANCINI, 2007), o qual se buscou evidenciar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Para tal, realizou-se entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, uma busca sistemática por artigos científicos, teses e dissertações, produzidos entre os anos de 1990 a 2019, nos Periódicos da CAPES, Bases de dados *SciELO*, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O recorte temporal justifica-se pela promulgação da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e contrapõe-se historicamente a um passo de controle e exclusão social, sustentado pela doutrina da proteção integral, logo, sugere-se que as produções relacionadas a temática tiveram significativo crescimento.

Inicialmente, para o levantamento do quantitativo de artigos, foram utilizados os seguintes termos-chave: ‘Medida Socioeducativa’, ‘Ato Infracional’, ‘Adolescente em Conflito com a Lei’. A priori, foi realizada uma busca empregando individualmente cada termo-chave. Destarte, utilizou-se o operador booleano ‘AND’ para relacionar os descritores com os termos-chave ‘Esporte’, ‘Lazer’ e ‘Educação Física’.

Após a leitura do título e resumo dos artigos, identificou-se um total de 154 resultados relacionados à temática, sendo, 29 nos Periódicos da CAPES, 12 na Base de dados *SciELO* e 113 no Google Acadêmico. Controladas as repetições, restaram 21 artigos, os quais foram analisados na íntegra. Destes, foram excluídos mais 4 artigos, após se perceber que 8 estudos com títulos diferentes tratavam dos mesmos dados e resultados, restando um total de 17 referências. Destarte, optamos por incluir apenas artigos

publicados em periódicos com Qualis A2, B1 e B2, nas seguintes áreas de avaliação: Educação Física e/ou Educação e/ou Interdisciplinar e/ou Ensino. Desta forma, procedeu-se com a consulta na Plataforma Sucupira, tendo como Evento de Classificação o quadriênio 2013-2016, onde foram excluídos mais 8 artigos, dos quais 6 (seis) estavam publicados em anais de Congressos/Simpósios e 2 (dois) por não atenderem o critério de avaliação do Web Qualis, restando ao final um total de 9 artigos.

Ante ao reduzido número de artigos científicos selecionados, realizou-se uma busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os mesmos termos-chave e procedimentos. Foram identificadas 10 dissertações e uma tese referente à temática. Contudo, duas dissertações foram excluídas por não oferecerem acesso livre ao pesquisador. Após leitura dos trabalhos na íntegra, 3 dissertações e a tese foram excluídas, visto que optamos por analisar os artigos científicos identificados na busca anterior, os quais se tratavam dos mesmos estudos. Ao final da revisão, foram selecionados 9 artigos e 5 dissertações, perfazendo um total de 14 manuscritos para compor o corpus desta pesquisa.

Análise dos Dados

Os dados relacionados aos aspectos gerais das pesquisas foram sumarizados nos quadros 1 e 2 dos resultados e expostos de forma descritiva. Para tratarmos os dados referentes aos resultados das pesquisas que compõem o corpus deste estudo, utilizou-se o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Na primeira fase, denominada de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos artigos e dissertações selecionadas, com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais e estabelecer indicadores para interpretação dos estudos. A segunda fase corresponde à exploração e categorização do material. Caracteriza-se pela leitura aprofundada dos estudos, sendo os dados organizados em

unidades de sentido/registo, agrupados tematicamente em 5 categorias de análise, as quais buscam elucidar o objetivo desta revisão: Concepções de Esporte, Potenciais do Esporte, Concepções de Lazer, Potenciais do Lazer e Práticas esportivas e de lazer. Na terceira fase realizou-se o tratamento, inferências e interpretação dos resultados relacionados as categorias de análise.

Resultados e Discussão

Os dados inerentes aos aspectos gerais dos artigos foram sumarizados conforme Quadro 1, o qual possibilitou identificar o panorama das pesquisas relacionadas à temática. Os estudos foram produzidos por autores distintos, ressalva, 2 artigos da mesma autoria. As publicações ocorreram a partir do ano de 2008, com prevalência no ano de 2018 (n=3), e significativa publicação no periódico Revista Pensar a Prática (n=3). Quanto à avaliação/qualis dos periódicos, houve equivalência entre B1 (n=4) e B2 (n=4), sendo selecionado apenas 1 artigo publicado em periódico com o Qualis A2. As pesquisas foram realizadas em sua totalidade na Região Sudeste (n=6) e Centro Oeste (n=3), predominantemente no contexto da medida socioeducativa em meio fechado/internação (n=5), com adolescentes do sexo masculino (n=7), sendo que não foi possível identificar o sexo dos adolescentes em 2 trabalhos. Em todas as pesquisas foram realizados estudos de campo, tendo como público alvo os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (n=6), profissionais que atuam como equipe de Referência dos adolescentes (n=2) e estagiários de Educação Física e adolescentes (n=1).

Quadro 1: Panorama dos Artigos Seleccionados para o Estudo de Revisão

Artigos	Autor/ Ano	Periódico	Web Quali s	Região	Tipo de MSE	Sexo	Tipo de pesquisa e público
O esporte na Ressocialização de Jovens: Um estudo de Caso	Antunes e Silva (2018)	Pensar a Prática	B2	Sudeste	Meio Aberto: “PSC”	M	Campo: Adolescentes.
Entendimentos e concepções dos profissionais do CREAS sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas de PSC e LA	Antunes e Silva (2018)	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	A2	Sudeste	Meio Aberto: “PSC” e “LA”	Não identificado	Campo: Profissionais.
Juventudes e Medida Socioeducativa: O olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer	Trentin, Silvestre e Amaral (2018)	Pensar a Prática	B2	Sudeste	Meio aberto e fechado	Não identificado	Campo: Profissionais
Ações de Extensão em um Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado de Mato Grosso	Tiellet <i>et al.</i> (2017)	EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação	B1	Centro Oeste	Meio Fechado: Interna-ção	M	Campo: Adolescentes e estagiários
Sobre Lazer e Possibilidades Formativas em adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas	Carneiro <i>et al.</i> (2016)	Pensar a Prática	B2	Centro Oeste	Meio Fechado: Interna-ção	M	Campo: Adolescentes.
Adolescente em Privação de Liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos	Conceição e Onofre (2013)	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud	B1	Sudeste	Meio Fechado: Interna-ção	M	Campo: Adolescentes.
Adolescente em Conflito com a Lei e sua noção de regras no jogo de futsal	Kobayashi e Zane (2010)	Revista Brasileira Educação Física e Esporte	1	Sudeste	Meio Fechado: Interna-ção	M	Campo: Adolescentes.
Futebol Libertário: Compromisso Social na Medida	Silva <i>et al.</i> (2008)	Psicologia Ciência e Profissão	1	Sudeste	Aberto “PSC” e “LA”	M	Campo: Adolescentes.
Os Jogos e Brincadeiras de Adolescentes privados de liberdade: Uma possibilidade na prática educativa	Oliveira e Gomes (2008)	Revista da Faculdade Educação/ UNEMAT	2	Centro Oeste	Meio Fechado: Interna-ção	M	Campo: Adolescentes.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados gerais dos artigos que compõem o corpus deste estudo
 Abreviaturas: Medida Socioeducativa (MSE); Prestação de Serviço a Comunidade (PSC); Liberdade Assistida (LA); Masculino (M); Feminino (F).

Destarte, os dados referentes aos aspectos gerais das dissertações que compõem o corpus deste estudo estão expostos no Quadro 2. As defesas foram realizadas entre os anos de 1997 e 2018, onde se observou um lapso temporal entre as produções. Em relação às Instituições de Ensino, houve prevalência de trabalhos produzidos na UNICAMP

(n=2). Quanto aos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu, os quais as pesquisas são vinculadas, evidenciou-se a maioria na área da Educação Física (n=2) e na modalidade Acadêmico (n=4). As pesquisas foram realizadas na Região Sudeste (n=4) e Norte (n=1), no contexto da medida socioeducativa em meio fechado/internação, que atendem adolescentes do sexo masculino (n=3) e do sexo feminino (n=1), havendo ainda, 1 estudo teórico com proposta de atendimento para ambos os sexos. A maioria utilizou o estudo de campo como estratégia metodológica (n=4) e, apenas 1 norteou-se em estudo teórico. As pesquisas tiveram como público alvo, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação (n=3) e professores de Educação Física que laboram e/ou já laboraram nas Instituições (n=2).

Quadro 2: Panorama das Dissertações Selecionadas para o Estudo de Revisão

Dissertações	Autor/ Ano	IES	PPG	Região	Tipo MSE	Sexo	Tipo de pesq. e Público
Educação Física na Medida Socioeducativa de Internação: Um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência	Souza (2018)	UFSCar	Educação	Sudeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Adolescente
A relação entre Cultura, Esporte, Lazer e a Medida Socioeducativa de Internação no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF/Pará, de 2006 a 2014	Nogueira (2016)	UFPA	Psicologia	Norte	Meio Fechado: Internação	F	Campo: Adolescente
Pensando e Praticando o Esporte na Medida Socioeducativa: Orientações para Profissionais de Educação Física	Domin-gos (2014)	UNIAN – SP	Mestrado Prof. Ado-les. em Conflito com a Lei	Sudeste	Meio Fechado: Internação	M e F	Teórica: Profissionais
Contribuindo para a Formação Humana dos Adolescentes da FEBEM por meio da Ginástica Geral	Sanioto (2005)	UNICA MP	Educação Física	Sudeste	Meio Fechado: Internação		Campo: Adolescentes
Educação Física na Fundação Estadual do Bem-estar do Menor FEBEM – SP: Uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo o discurso dos professores	Andrade (1997)	UNICA MP	Educação Física	Sudeste	Meio Fechado: Internação	M	Campo: Profis.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados gerais das dissertações que compõem o corpus do estudo.
 Abreviatura: Instituição de Ensino Superior (IES); Programa de Pós-graduação (PPG); Medida Socioeducativa (MSE); Masculino (M); Feminino (F).

Concepções de Esporte

Compõem esta categoria de análise, os estudos que evidenciaram em seus resultados a forma que o esporte tem sido concebido nos contextos de medidas socioeducativas no Brasil (SILVA *et. al.*, 2008; NOGUEIRA, 2016; ANTUNES; SILVA, 2018a, 2018b), seja pelas Instituições de Atendimento Socioeducativo, pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por profissionais que atuam nesses contextos, pelas famílias e sociedade. Corroboramos com as abordagens da Pedagogia do Esporte que estabelecem referenciais “para uma ação educativa no esporte, que transcende a simples repetição de movimentos, onde o jogo na prática esportiva constitui um ambiente formativo por excelência” (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2009, p. 607).

O estudo de Silva *et al.* (2008), realizado com adolescentes atendidos pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Interlagos, inseridos em programas de medidas socioeducativas em meio aberto na região da Capela do Socorro/SP, investigou o potencial do esporte (futebol) inserido como metodologia diferenciada no cumprimento da medida. A pesquisa apontou que os adolescentes vivenciaram a pior conotação concebida ao esporte, aquela de ‘quem não tem o que fazer’, permeada pelo discurso de uma grande parcela da sociedade e reproduzida por algumas famílias dos adolescentes inseridos no projeto.

Tais quais, outros estudos evidenciaram por parte de Instituições de Atendimento Socioeducativo e profissionais que atuam nesses contextos (NOGUEIRA, 2016; ANTUNES; SILVA, 2018a), concepções de esporte que destoam de seu caráter formativo. Nogueira (2016), ao problematizar a relação entre o direito ao esporte, à cultura e lazer e a medida socioeducativa de internação para adolescentes do sexo feminino de um Centro Socioeducativo no Estado do Pará, evidenciou que esses elementos têm sido concebidos por algumas Instituições Socioeducativas na lógica

utilitarista e como ocupação da mente. Nesse viés, o estudo de Antunes e Silva (2018a) realizado junto aos profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pelo encaminhamento e supervisão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Barbacena/MG, evidenciou que os discursos desses profissionais assumem um caráter funcional e utilitarista do esporte, seja pelos motivos apontados para o encaminhamento de adolescentes à projetos socioesportivos (profissionalização, experiências anteriores), seja pela transferência direta de valores presentes na dinâmica do jogo esportivo para a dinâmica da vida em sociedade, o que para os autores demonstram uma perspectiva de assimilação e reprodução.

Nessa seara, o estudo de Reverdito; Scaglia e Paes (2009) sinaliza para a necessidade de ruptura ideológica e pragmática destes modelos reducionistas, tradicionais e imediatistas ainda presentes no ensino do esporte. Os autores apontam que a abordagem pedagógica voltada para as práticas esportivas e corporais, seja comprometida e certa de sua responsabilidade social e educativa.

Em relação a percepção dos adolescentes inseridos em medidas socioeducativas, esta lógica funcional e utilitarista atribuída ao esporte também pôde ser observada. Antunes e Silva (2018b), ao realizarem um estudo com quatro adolescentes inseridos em projeto esportivo para cumprimento de medida socioeducativa do tipo Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), identificaram que para três adolescentes o esporte serve como ocupação do tempo livre e da mente, um momento de distração e lazer, ou seja, como uma atividade amenizadora do tédio e sofrimento vivenciado pela medida socioeducativa imposta. Os autores também evidenciaram que as concepções de esporte atribuídas pelos adolescentes são fortemente influenciadas pelas vivências esportivas desfrutadas no ambiente escolar. Desta forma, ante as concepções depauperadas sobre o

fenômeno, pode-se inferir que esses adolescentes tiveram escassa oferta de atividades esportivas em suas trajetórias escolares, o que influenciou negativamente seus entendimentos.

Potenciais do Esporte

Esta categoria de análise relaciona-se com estudos que evidenciaram em suas pesquisas os potenciais do esporte em contextos de medidas socioeducativas (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; KOBAYASHI; ZANE, 2010; DOMINGOS, 2014; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018a, 2018b; SOUZA, 2018), seja no campo prático e teórico, quanto nos discursos de profissionais e adolescentes. Este estudo corrobora no sentido de que o esporte deve assumir suas potencialidades no processo educacional e, através do trato pedagógico adequado, criar ambientes que favoreçam o desenvolvimento crítico e reflexivo daqueles que o praticam (MACHADO; GALATTI; PAES, 2015), contribuindo para o desenvolvimento da cidadania (SCAGLIA; REVERDITO, 2016) e a formação integral do indivíduo (LEONARDI *et al.*, 2014).

Aspectos positivos foram observados a partir de estudos que utilizaram intervenções por meio do esporte (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018a). Sanioto (2005) realizou uma intervenção com adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação na antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), Unidade de Araraquara – SP, utilizando-se da ginástica geral como proposta pedagógica para a reinserção social dos adolescentes. Através das atividades desenvolvidas e relatos dos participantes, observou significativa contribuição nos aspectos físicos, socialização, comportamentais e da autoimagem, o que corrobora com a intervenção realizada por Silva

et al. (2008). O estudo de Silva *et al.* (2008), ao utilizar o futebol como metodologia de atendimento na medida socioeducativa em meio aberto, observou que os adolescentes atribuíram um novo sentido ao acompanhamento a que foram submetidos, o que possibilitou um ambiente favorável para a integração, capacidade crítica dos sujeitos, autoestima, consciência corporal, autonomia e exercício da cidadania.

Nesse viés, a pesquisa extensionista de Tiellet *et al.* (2017) também observou aspectos positivos com a inserção de uma proposta de esporte educacional junto à adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo de Cáceres/MT. Através de atividades como o Tênis de Mesa, *Slacklinee Badminton*, desenvolvidas por discentes estagiários do Curso de Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), foi possível registrar o desenvolvimento de atitudes, competências, comportamentos e valores por parte dos adolescentes.

A proposta de inserção do esporte educacional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação também é defendida por Domingos (2014), a qual buscou elaborar um caderno de orientações para profissionais de Educação Física que atuam no Sistema Socioeducativo, embasada nas abordagens Saúde Renovada, Crítico Emancipatória e Educação pelo esporte. A autora assevera que os sentidos do esporte educacional nesses contextos perpassam por aspectos relacionados à promoção do lazer, tornar os sujeitos fisicamente ativos, promoção da saúde e competência corporal, os quais colaboraram com a formação do ser humano integral (DOMINGOS, 2014).

Observou-se ainda, através do discurso de profissionais inseridos no CREAS de Barbacena/MG, que a inserção do esporte no cumprimento de medidas socioeducativas justifica-se pelo seu potencial em desenvolver valores éticos e morais aos seus praticantes (ANTUNES; SILVA, 2018a). Contudo, Antunes e Silva (2018a) sinalizam para a

necessidade de instrumentos avaliativos que verifiquem os potenciais benefícios da utilização do esporte como mecanismo de intervenção. Os resultados aqui evidenciados dialogam com o referencial socioeducativo da Pedagogia do Esporte (MACHADO; GALATTI; PAES, 2015), capaz de propiciar no contexto esportivo experiências quanto à participação, convivência, valores éticos e morais, coeducação, emancipação, autonomia, desenvolvimento de relações intrapessoais e interpessoais (PAES, 2002; GALATTI, 2006; MACHADO; GALATTI; PAES, 2015).

Aspectos negativos também foram registrados no esporte (KOBAYASHI; ZANE, 2010; NOGUEIRA, 2016; ANTUNES; SILVA, 2018b; SOUZA, 2018). Kobayashi e Zane (2010) buscaram identificar a fase de desenvolvimento moral de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, através de observações do jogo de futsal sem a presença da autoridade/árbitro. Constatou-se que mesmo tendo consciência da existência das regras, os adolescentes não as respeitam, prevalecendo o intuito de obter benefício próprio no jogo e até mesmo no convívio em sociedade. Somente com a presença de uma autoridade/árbitro respeitariam as regras por receio de sofrerem punições. No estudo de Antunes e Silva (2018b) verificou-se que para três dos quatro adolescentes acompanhados na pesquisa, o esporte não ajuda na reflexão da infração cometida e tampouco influencia seus comportamentos e atitudes na vida em sociedade.

Ambos os estudos nos permitem refletir sobre a percepção e compreensão do adolescente sobre o custo e benefício para cometer o ato infracional. Tal questionamento sugere novas pesquisas, com foco nos fatores de risco que interferem para o cometimento de ato infracional. Porém, a abordagem da pesquisa precisa ser “de forma contextualizada e examinada sem pré-julgamentos” (DIAS; ONOFRE, 2010, p. 32).

Outros estudos sinalizam para as relações de poder latentes nas Instituições, e asseveram a difícil relação entre o esporte e lazer na medida socioeducativa de internação (NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018), visto que estes elementos têm se constituído dentro das Unidades como forma de controle e punição dos corpos, em detrimento de ações afirmativas garantidas como direito ao adolescente em conflito com a lei. A pesquisa de Souza (2018) analisou como tem se constituído a Educação Física não formal na Fundação CASA no Estado de São Paulo, através de observação participante em aulas de Judô e rodas de conversa com os adolescentes internos. Para a autora, a forma como vem sendo abordado o esporte tem contribuído para a formação do sujeito adequado a certos padrões sociais, ao sujeito moderno e homogeneizando as diferenças.

A problemática relacionada ao controle dos corpos institucionalizados (FOUCAULT, 2007), sinaliza que a disciplina é mantida nas prisões como algo a moldar os corpos dos indivíduos, enquanto processo de docilização e sujeição de vontades e controle institucional. Perceber a utilização do esporte em algumas Instituições Socioeducativas nessa dimensão causa estranheza, como sinaliza Nogueira (2016) e Souza (2018), o que demonstra distanciamento das práticas institucionais em relação à formação humana, inerentes a socioeducação e preconizada pelo SINASE (BRASIL, 2006).

Concepções de Lazer

Esta categoria de análise relaciona-se com estudos que evidenciaram em suas pesquisas como o lazer tem sido concebido pelos adolescentes, profissionais e Instituições de Atendimento Socioeducativo (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018). Partimos do entendimento que considera o lazer como cultura vivenciada em tempo disponível e de

caráter desinteressado, o qual ultrapassa os aspectos relacionados ao divertimento e descanso, alcançando dimensões do desenvolvimento pessoal e social, permeado pelo seu caráter educativo que valoriza seus processos de vivências em detrimento dos aspectos de produtividade (MARCELLINO, 1996, 1998).

O estudo de Conceição e Onofre (2013) buscou analisar os processos educativos decorrentes da prática de lazer de 5 adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação CASA de São Paulo, através de observação participante e entrevistas semiestruturadas. No estudo foi possível identificar que os adolescentes concebem o lazer como um momento de interação entre seus pares e funcionários da Fundação, o que difere dos resultados encontrados por Carneiro *et al.* 2016.

O estudo de Carneiro *et al.* (2016) foi realizado com dez adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Cáceres - MT, com o intuito de identificar a concepção de lazer desses adolescentes, bem como os potenciais formativos advindos de sua prática. Foi possível evidenciar que as concepções dos adolescentes sobre o lazer estão voltadas para a ocupação do tempo livre e da mente, e percebidas como atividades esportivas realizadas no CASE.

A lógica imposta por algumas Instituições de Atendimento Socioeducativo também assumem um caráter funcionalista do lazer, utilizando-o como atividade de ocupação do tempo livre e controle institucional, por vezes, concebido até mesmo como atividades sem nenhuma orientação profissional (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018).

Nota-se que as abordagens funcionalistas do lazer, classificadas como romântica, moralista, compensatória e utilitarista (MARCELLINO, 1996), permeiam as

ações desenvolvidas pelas Instituições Socioeducativas, conseqüentemente, interferem nas concepções dos adolescentes ante o fenômeno. Pode-se inferir que a abordagem compensatória do lazer está intimamente relacionada a interesses escusos das Instituições, ou seja, em compensar o sofrimento e a insatisfação dos adolescentes perante o cumprimento das medidas socioeducativas impostas. Para Marcellino (1998), essas posições conservadoras buscam a manutenção da ordem e instrumentalizam o lazer à disciplina, ou seja, as obrigações corriqueiras presentes na vida social e as atividades ‘ditas’ como moralmente corretas e aceitas pela sociedade.

As concepções de lazer dos Profissionais que atuam nesses contextos também foram objeto de investigação (TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018), os quais analisaram a percepção de Agentes Pedagógicos (Profissionais de Educação Física, Serviço Social, Psicologia e Letras) sobre as práticas de lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Campinas – SP. Para esses profissionais, o lazer está fortemente associado à educação e a prática da liberdade, o que dialoga com os aspectos formativos do lazer (MARCELLINO, 1996, 1998). Contudo, observou-se que os profissionais geralmente associam as práticas de lazer as aulas de Educação Física, principalmente ao futebol, o que difere da perspectiva apontada por Marcellino (1996), o qual indica que a oferta de lazer deve contemplar um repertório de possibilidades, considerando diferentes interesses, como o artístico, o intelectual, o físico, os manuais, o turístico ou o social.

Potenciais do Lazer

Esta categoria de análise relaciona-se com estudos que evidenciaram aspectos positivos e negativos no entendimento dos potenciais do lazer por parte das Instituições, profissionais e adolescentes (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016;

NOGUEIRA, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018). Assumimos um posicionamento que reconhece o lazer como um veículo privilegiado de educação, que detém entre suas potencialidades, o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo (MARCELLINO, 1996), conseqüentemente, torna-se um instrumento primordial nos processos formativos dos sujeitos.

A prática de lazer dentro das Instituições de Atendimento Socioeducativo foi apontada como um elemento importante para o desenvolvimento positivo dos adolescentes, uma vez que se reveste de processos educativos que auxiliam na formação dos sujeitos (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018). Contudo, foi possível identificar o uso das atividades de lazer como moeda de troca, servindo como um benefício para os adolescentes que tem um bom comportamento e uma forma punitiva quando se retira as atividades dos ‘rotulados’ indisciplinados (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016). O uso do lazer com esse propósito está em desacordo com o ECA (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2006), os quais dispõem sobre a obrigatoriedade da oferta de atividades pedagógicas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Mesmo que algumas Instituições Socioeducativas concebam o lazer na lógica funcional e utilitarista, foi possível observar no estudo de Trentin; Silvestre e Amaral (2018), que os Agentes Pedagógicos entendem que as práticas de lazer vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei contribuem para o desenvolvimento da autonomia e cidadania. Porém, percebe-se que os próprios adolescentes não compreendem os potenciais educativos do lazer, fato este evidenciado no estudo de Carneiro *et al.* (2016), onde nenhum participante foi capaz de destacar aspectos formativos do lazer como relevantes para a sua vida. Para os autores esse resultado está intimamente ligado a

escassez de oportunidades de acesso aos conteúdos do lazer na trajetória desses adolescentes.

Práticas Esportivas e de Lazer

Esta categoria de análise subdivide-se em 2 focos de discussão, sendo: o acesso aos conteúdos, espaços, equipamentos e materiais para prática de esporte e lazer; e os fatores que interferem nas práticas esportivas e de lazer na medida socioeducativa. Foi possível evidenciar que o acesso aos conteúdos, espaços e equipamentos de esporte e lazer se fazem presentes na medida socioeducativa. Contudo, observa-se que as condições ideais, preconizadas pelo ECA (BRASIL, 1990) e SINASE (BRASIL, 2006), ainda necessitam de efetiva aplicação.

Entre os conteúdos ofertados nas medidas socioeducativas, além das atividades desenvolvidas através dos estudos de intervenção, evidenciou-se a predominância dos esportes coletivos tradicionais, como o futebol, futsal, vôlei, basquete e handebol (ANDRADE, 1997; SANIOTO, 2005; OLIVEIRA; GOMES, 2008; KOBAYASHI; ZANE, 2010; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; ANTUNES; SILVA, 2018a; SOUZA, 2018; TRENTIN; SILVESTRE; AMARAL, 2018) e, em uma CASE no Centro Oeste, a prática de natação (OLIVEIRA; GOMES, 2008).

Outras atividades internas foram apontadas pelos adolescentes e profissionais como práticas de lazer, sendo: participar das aulas de Educação Física, jogar xadrez, videogame, dama, dominó, bozó, jogar bola, praticar capoeira, dança, atividades de canto, pintura, ouvir música e até mesmo assistir televisão (ANDRADE, 1997; SANIOTO, 2005; OLIVEIRA; GOMES, 2008; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018). Somente em 2 estudos

foi possível identificar que os adolescentes participaram de atividades externas (ANDRADE, 1997; SANIOTO, 2005).

Além das atividades internas já pontuadas, o estudo de Oliveira e Gomes (2008), o qual buscou identificar os jogos e brincadeiras de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um CASE de Cuiabá/MT, aponta que os adolescentes brincam/jogam o tempo todo na Instituição, mesmo quando estão nos quartos/celas, e até mesmo sendo vigiados pelos Agentes de Segurança Socioeducativo. Dentre as brincadeiras elencadas pelos adolescentes no estudo, além das ditas 'normais' e brincadeiras infantis, estão zoar dos colegas, fazer bagunça/ barulho, luta de boxe, zoar com os orientadores, tacar fogo em colchões e até mesmo rebeliões, o que sinaliza para as tensões e relações de poder existentes nesse contexto (NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018).

Quanto aos espaços e equipamentos disponíveis para a prática de atividades esportivas e de lazer no contexto das medidas socioeducativas, foi possível identificar quadras, pátios, sala de aula, piscina, espaço poliesportivo (ANDRADE, 1997; OLIVEIRA; GOMES, 2008; KOBAYASHI; ZANE, 2010; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018), bem como um Centro artístico, cultural, esportivo e recreativo para atividades externas (NOGUEIRA, 2016). Contudo, em relação aos materiais disponíveis para realizar tais práticas, os estudos sinalizam para uma oferta restrita: bolas para as práticas dos esportes coletivos, mesa de tênis e jogos pedagógicos (ANDRADE, 1997; CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2016; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018). Essa restrita oferta de materiais configura-se como uma problemática rotineira do setor público que, mesmo ofertando espaços em determinadas ocasiões, por vezes carece da oferta dos materiais e manutenção dos equipamentos.

Para que as medidas socioeducativas garantam o acesso de qualidade ao esporte e lazer, é necessário que as políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei realmente se efetivem nesses contextos. Contudo, importante destacar que vários estudos sinalizam para a escassez de oportunidades em toda trajetória desses sujeitos, antes mesmo de adentrarem a medida socioeducativa (SILVA *et al.*, 2008; CARNEIRO *et al.*, 2016; NOGUEIRA, 2016; TIELLET *et al.*, 2017), os quais não têm acesso a essas práticas em suas comunidades e, quando as têm, são restritas as aulas de Educação Física escolar. Nesse sentido, se considerarmos que a maioria dos autores de ato infracional evade da escola precocemente (ASSIS, 1999; OLIVEIRA; ASSIS, 1999; GALLO, 2006; DIAS; ONOFRE, 2010), é possível considerar que os adolescentes adentram ao sistema socioeducativo sem antes terem tido acesso às práticas de esporte e lazer de forma orientada, situação já apontada por outro estudo (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Destarte, passamos a analisar os fatores que interferem nas práticas esportivas e de lazer em contextos de medidas socioeducativas. Além dos aspectos relacionados à oferta de conteúdos, espaços e equipamentos já expostos anteriormente, foi possível evidenciar outros fatores que podem se tornar entraves ou facilitadores nesse processo, indo das relações de poder a descontinuidade das ações.

As relações de poder entranhadas nas Instituições que atendem a medida socioeducativa de internação são apontadas como um dos entraves na prática pedagógica (ANDRADE, 1997; NOGUEIRA, 2016; SOUZA, 2018). Essa relação de poder pode ser observada entre os adolescentes e seus pares, adolescentes e funcionários, ou até mesmo pelo controle institucional, o qual busca disciplinar os corpos, manter a ordem vigente e garantir os aspectos relacionados à segurança em detrimento da efetivação de ações pedagógicas preconizadas pelo SINASE (BRASIL, 2006). Tais discussões, relacionadas à segurança e o fazer docente em contextos de privação de liberdade têm sido palco de

vários estudos, os quais sinalizam para a constante preocupação com a segurança e controle institucional, que por sua vez restringem os processos educativos e formativos dos sujeitos (ONOFRE, 2013; ALVES, 2015; GONÇALVEZ *et al.*, 2015).

As restrições das atividades esportivas e de lazer como punição por mau comportamento (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013; NOGUEIRA, 2016), o não preparo dos profissionais de Educação Física para atuarem nos espaços de privação de liberdade (DOMINGOS, 2014; SOUZA, 2018), o não planejamento participativo, tendo os adolescentes de aceitar as atividades impostas pela instituição (NOGUEIRA, 2016), a falta de interesse dos adolescentes em praticar atividades que geralmente se restringem aos esportes coletivos tradicionais, havendo a necessidade de diversificar tais conteúdos (DOMINGOS, 2014; SOUZA; 2018), resistência em relação ao novo (SANIOTO, 2005; SOUZA, 2018), a falta de instrumentos avaliativos que subsidiem o profissional de Educação Física com indicadores para reflexão contínua sobre a sua prática, no que se refere à escolha de competências, objetivos, conteúdos e estratégias metodológicas (DOMINGOS, 2014), e a descontinuidade das boas práticas voltadas ao esporte e lazer, em decorrência de mudanças políticas e ideologias partidárias (ANDRADE, 1997; DOMINGOS 2014), são alguns dos fatores apresentados como entraves para a prática pedagógica em contextos de medidas socioeducativas.

Nesse sentido, o estudo de Andrade (1997), o qual analisou as propostas pedagógicas da Educação Física na era FEBEM - SP, no período de 1992 a 1994, através da análise do discurso de três professores da Instituição, verificou que o esporte foi utilizado como forma de propaganda para sociedade, apresentado como um meio de reeducação e reintegração do adolescente, o que demonstra os interesses escusos da política governamental, que se utilizou do fenômeno para autopromover-se. O autor ainda aponta o descontentamento dos professores em atuarem nesse contexto, visto que o ensino

da Educação Física tornou-se adaptável as normas e condutas impostas pela Instituição, perdendo sua identidade.

Por fim, o/a profissional de Educação Física é apontado/a como primordial para que as práticas esportivas e de lazer nos contextos de medidas socioeducativas sejam minimamente efetivadas. No entanto, para tal, deve imprimir uma postura educativa e de mediador do processo, favorecendo a ação comunicativa, enquanto agente construtor de uma possível transformação. A qualidade das ações está diretamente ligada ao fazer pedagógico desse profissional (SANIOTO, 2005; SILVA *et al.*, 2008; OLIVEIRA; GOMES, 2008; DOMINGOS, 2014; TIELLET *et al.*, 2017; SOUZA, 2018), que tem a responsabilidade de explorar os potenciais formativos destes fenômenos e garantir o direito de acesso aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa. Somado as suas atribuições, importante considerar que em boa parte de suas trajetórias os adolescentes tiveram seus direitos renegados.

Conclusão

O panorama das produções científicas de uma determinada área é importante para decisões sobre futuras direções na pesquisa, bem como o reconhecimento sistemático do que foi produzido. Assim, nesse estudo o objetivo foi apresentar o panorama de pesquisas relacionadas ao esporte e lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil. Ante os resultados gerais, conclui-se que poucos são os pesquisadores que se propõem a debruçar sobre a temática. Contudo, mesmo que em passos lentos, observa-se um crescimento de publicações nos últimos anos. Nota-se que o panorama das pesquisas traz lacunas na literatura que necessitam ser preenchidas, como as produções restritas a poucas regiões do país, predominantemente produzidas em contextos de privação de liberdade e voltadas para os adolescentes do sexo masculino.

As categorias de análise aqui apresentadas demonstram que o esporte e o lazer, quando tratados na lógica da formação integral do indivíduo, se revestem de processos educativos que possibilitam criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Porém, faz-se necessário registrar a carência de instrumentos avaliativos que consolidem a utilização desses mecanismos e afirmem seus potenciais benefícios. Percebe-se que em algumas Instituições de Atendimento Socioeducativo ainda impera o caráter funcional e utilitarista concebido ao esporte e ao lazer, que por vezes são utilizados até mesmo como mecanismos de dominação dos corpos no contexto da privação de liberdade. Ainda, os estudos demonstraram que adolescentes em conflito com a lei apresentaram restrito conhecimento sobre os possíveis potenciais do esporte e lazer, o que depauperou o sentido educativo atribuído a esses fenômenos e sinaliza para a falta de acesso a tais políticas públicas na trajetória desses indivíduos.

No que tange as futuras investigações, a partir do panorama da pesquisa no Brasil, indicamos a necessidade de ampliar a investigação para a produção científica comunicada em língua inglesa. Pontua-se ainda, a dificuldade em utilizar os termos-chave ao realizar buscas por pesquisas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei, visto que alguns estudos ainda utilizam nomenclaturas (menor, jovem infrator, crime) em desuso pelas legislações vigentes. Assim, ocorre a necessidade de atenção dos pesquisadores na escolha dos termos-chave.

Ante os resultados expostos, faz-se necessário a produção de novas pesquisas que se proponham a abordar a temática, em especial estudos que busquem identificar a falta de acesso ao esporte e o lazer na trajetória de adolescentes em conflito com a lei, e sua possível relação com o cometimento de ato infracional. Ao elucidar esta relação, será possível subsidiar políticas preventivas de atendimento para esses sujeitos, tendo como

escopo o esporte e o lazer, que por sua vez são elementos que devem ser garantidos pela Rede de Proteção Integral ao adolescente.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. C. **O olhar dos agentes socioeducativos sobre as ações pedagógicas e os adolescentes da unidade de internação de Cáceres/MT**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.

ANDRADE, M. P. **Educação física na fundação estadual do bem-estar do menor – FEBEM/SP: uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo os discursos dos professores**. 1997. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ANTUNES, S. E.; SILVA, O. G. T. Entendimentos e concepções dos profissionais do CREAS sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v.40, n.2, p. 170-176, fev. 2018a.

_____.; _____. O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 1, 2018b.

ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília – DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

CARNEIRO, K. T. *et al.* Sobre lazer e possibilidades formativas em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 4, 2016.

CONCEIÇÃO, W. L.; ONOFRE, E. M. C. Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 2, p. 573-585, 2013.

COSCIONI, V. *et al.* O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. **Psico**, v. 48, n.3, p. 231-242, 2017.

DIAS, A. F.; ONOFRE, E. M. C. A relação do jovem em conflito com a lei e a escola. **Impulso**, Piracicaba, v. 20, n. 49, p. 31-42, 2010.

DIB, M. A.; BAZON, M. R.; SILVA, J. L. Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v.16, n.1, p.142-159, 2012.

DOMINGOS, R. S. **Pensando e praticando o esporte na medida socioeducativa**: orientações para profissionais de educação física. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei). Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2007.

GALATTI, L. R. **Pedagogia do Esporte**: O livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. *et al.* Pedagogia do Esporte: tensão na ciência e o ensino dos Jogos Esportivos Coletivos. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.7, n.1, p.81-95, 2005.

_____. **Adolescentes autores de Ato infracional**: perfil e intervenção. 2006. 300fl. Tese (Doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

GONÇALVES, H. S. *et al.* Educação e socioeducação: as possibilidades desse encontro no DEGASE. In: MENDES, Claudia Lucia Silva; JULIANO, Elionaldo Fernandes; ABDALLA, Janaina de Fátima Silva (org.). **Diversidade, violência e direitos humanos**. Rio de Janeiro: DEGASE, 2015, p. 51-64.

HOLT, N. *et al.* A grounded theory of positive youth development through sport based on results from a qualitative meta-study. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 10, n.1, 1-49, 2017. DOI: 10.1080/1750984X.2016.1180704

JIMENEZ, L.; MARQUES, V. R. Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). **Estudos da Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 111-121, 2018.

KOBAYASHI, M. C. M.; ZANE, V. C. Adolescente em conflito com a lei e suas noções de regras no futsal. **Revista Brasileira de Educação Física**, São Paulo, v.24, n.2, p.195-204, 2010.

LEONARDI, T. J. *et al.* Pedagogia do esporte: indicativos para o desenvolvimento integral do indivíduo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 13, n. 1, p. 41-58, 2014.

_____.; BERGER, A. G.; REVERDITO, R. S. Esporte Contemporâneo e os Novos Desafios à Pedagogia do Esporte. In BETTINE, Marco; GUTIERREZ, Gustavo Luis. (org.). **Esporte e sociedade: um olhar a partir da globalização**. São Paulo: IEA-USP, 2019, p. 254-269. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/422/375/1493-1>. Acesso em: 17 mar./2020.

MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p.405-418, 2015.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e Educação**. Campinas, Papyrus, 1998.

MELLA, L. L.; LIMBERGER, J.; ANDRETTA, I. Políticas Públicas e Adolescentes em Conflito com a Lei: Revisão Sistemática da Literatura Nacional. **Revista Políticas Públicas e Cidades**, v. 3, n.2, 2015.

NOGUEIRA, T. S. **A relação entre cultura, esporte, lazer e a medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Feminino – CESEF/PARÁ, de 2006 a 2014**. 2016. 70f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

NUNES, M. C. A.; ANDRADE, A. G. S.; MORAIS, N. A. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v.6, n.2, p.144-156, 2013.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: A perpetuação do descaso. **Caderno Saúde Pública**, v. 4, n. 5, p-831-844, 1999.

OLIVEIRA, S. C.; GOMES, C. F. Os jogos e brincadeiras de adolescentes privados de liberdade: Uma possibilidade na prática educativa. **Revista da Faculdade de Educação**, ano VI, n. 9, p. 115-128, 2008.

OLIVEIRA, U. P. *et al.* Esporte e lazer no plano individual de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. **Movimento**, n. 26, p. e26054, jan./dez. 2020. <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/101588/57849>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ONOFRE, E. M. C. Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação da liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.7, n.1, p.137-158, 2013.

PAES, R. R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. *In*: ROSE JUNIOR, D. **Esporte e atividade física na infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 89-98.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 600-610, 2009.

_____. **Pedagogia do esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano: indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo**. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

_____. *et al.* Pedagogia do Esporte: possibilidades para o convívio com o esporte no contexto escolar. *In*: SILVA, Junior Vagner Pereira da; GONÇALVES-SILVA, Luiza Lana; MOREIRA, Wagner Wey. (org.). **Educação Física e seus diversos olhares**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016. v.1, p. 55-76.

_____. *et al.* Developmental Benefits of Extracurricular Sports Participation among Brazilian Youth. **Perceptual and Motor Skills**, v. 124, n.5, p. 946-960, 2017. DOI: 10.1177 / 0031512517724657

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANIOTO, H. **Contribuindo para a formação humana dos adolescentes da FEBEM por meio da Ginástica Geral**. 2005. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SCAGLIA, A. J.; REVERDITO, R. S. Perspectivas pedagógicas do esporte no século XXI. *In*: NISTA-PICCOLO, V. L.; MOREIRA, W. W. (org.). **Educação Física e Esporte no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2016, v. 1, p. 43-72.

SILVA, F. S. *et al.* Futebol Libertário: compromisso social na medida. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 832-845, 2008.

SILVA, J. L.; BAZON, M. R. Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 273- 292, 2015.

SOUZA, C. M. **Educação Física na medida socioeducativa de internação**: Um estudo sobre práticas educativas e mecanismos de resistência. 2018. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

TIELLET, M. H. S. *et al.* Ações de extensão em um centro de atendimento socioeducativo do Estado de Mato Grosso. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 65 a 78, 2017.

TRENTIN, D. F. L.; SILVESTRE, B. M.; AMARAL, S. C. F. Juventudes e medida socioeducativa: o olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 4, 2018.

URBAN, J. B.; LEWIN-BIZAN, S.; LERNER, R. The role of intentional self-regulation, lower neighborhood ecological assets, and activity involvement in youth developmental outcomes. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 39, n. 7, 783–800, 2010.

Endereço dos Autores:

Ueliton Peres de Oliveira
Avenida Transversal, bloco B, Anexo II
Centro Político Administrativo – Santa Marta
Cuiabá – MT – 78.050-970
Endereço Eletrônico: uelitonoliveira@sesp.mt.gov.br

Willian Lazaretti Conceição
Rua Augusto Corrêa, até 937, lado ímpar – Guamá
Belém – PA – 66.075-110
Endereço Eletrônico: will_lazaretti@hotmail.com

Raul Angel Carlos Oliveira
Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Sinop, Avenida dos Ingás – Centro
Sinop – MT – 78.000-000
Endereço Eletrônico: raulcarlos@unemat.br

José Tarcísio Grunnenvaldt
Avenida Fernando Correa da Costa, 2367 – Bairro Boa Esperança
Cuiabá – MT – 78.060-900
Endereço Eletrônico: jotagrun@hotmail.com

Riller Silva Reverdito
Universidade do Estado de Mato Grosso
Cidade Universitária – Santos Dumont
Cáceres – MT – 78.200-000
Endereço Eletrônico: rsreverdito@unemat.br